

**GRUPO I**  
**DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITOS HUMANOS,**  
**INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO**  
**PROCESSUAL DO TRABALHO, CIVIL, COMERCIAL E**  
**REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**QUESTÃO Nº 01**

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

Lei Complementar disporá sobre:

- ( ) **a)** as condições para integração de regiões em desenvolvimento;
- ( ) **b)** elaboração, redação, alteração e consolidação das leis;
- ( ) **c)** o regime jurídico dos militares das forças armadas;
- ( ) **d)** o estatuto da magistratura;
- ( ) **e)** não respondida.

**QUESTÃO Nº 02**

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- ( ) **a)** cada Senador será eleito segundo o princípio majoritário com dois suplentes;
- ( ) **b)** é de competência exclusiva do Congresso Nacional apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
- ( ) **c)** compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;
- ( ) **d)** a incorporação de Deputados e Senadores às Forças Armadas dependerá de prévia licença da Casa respectiva, ainda que em tempo de guerra, exceto os militares;
- ( ) **e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 03

Leia com atenção:

**I** – Uma Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito do Congresso Nacional sujeita-se ao controle judicial, por meio de mandado de segurança ou habeas corpus, diretamente pelo Supremo Tribunal Federal.

**II** – As Comissões Parlamentares de Inquérito podem anular atos sob sua investigação, desde que lesivos ao patrimônio público.

**III** – As Comissões Parlamentares de Inquérito podem decretar a quebra do sigilo bancário e proibir o afastamento do País de pessoas investigadas.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- ( ) **a)** apenas a assertiva I está correta;
- ( ) **b)** apenas a assertiva III está correta;
- ( ) **c)** todas as assertivas estão corretas;
- ( ) **d)** as assertivas I e III estão corretas;
- ( ) **e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 04

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

( ) **a)** considerando-se o direito à ampla defesa e ao contraditório, previsto na Constituição Federal, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se majoritariamente no sentido de que é nula a sentença penal condenatória fundada exclusivamente em elementos colhidos em inquéritos policiais;

( ) **b)** em caso de anulação de ato administrativo, cuja formalização haja repercutido no âmbito de interesses individuais, é necessária a oitiva daqueles cuja situação será modificada, em homenagem ao princípio da ampla defesa e do contraditório;

( ) **c)** segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o conceito constitucional de domicílio se restringe à habitação do indivíduo;

( ) **d)** a Constituição assegura ao preso o direito de identificação dos responsáveis pela sua prisão e por seu interrogatório policial;

( ) **e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 05

Leia com atenção:

**I** – Como regra geral, o controle de constitucionalidade não se mostra adequado para obstar a tramitação de projeto de lei ou de proposta de emenda constitucional.

**II** – Mesmo havendo pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, afirmando a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, em sede de controle incidental, é necessário que o Plenário de Tribunal Regional ou seu Órgão Especial se manifeste sobre arguição de inconstitucionalidade da mesma lei ou ato normativo.

**III** – O controle incidental de constitucionalidade pode se realizar inclusive tomando por parâmetro norma constitucional que já não está mais em vigor.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** apenas as assertivas I e III estão corretas;
- b)** apenas a assertiva III está correta;
- c)** todas as assertivas estão corretas;
- d)** as assertivas I e II estão corretas;
- e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 06

Não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- a)** o decreto legislativo aprovado pelo Congresso Nacional com o escopo de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- b)** a lei ou ato normativo já revogado;
- c)** as medidas provisórias;
- d)** as leis formais;
- e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 07

Julgue as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – As medidas provisórias são fontes do direito com previsão constitucional, havendo restrições tão somente no aspecto material, no tocante à urgência e

relevância da situação nela disciplinada, além de algumas matérias que estão fora de seu âmbito, mas não no aspecto formal; sendo assim, elas podem substituir qualquer modalidade de lei, produzindo desde logo seus efeitos sujeitos à condição resolutiva, uma vez respeitadas as restrições materiais.

**II** – Compete privativamente ao Presidente da República dispor mediante decreto sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesas nem criação ou extinção de órgãos públicos, assim como sobre extinção de funções ou cargos públicos quando vagos.

**III** – Cabe ao Presidente da República nomear os procuradores gerais dos ramos do Ministério Público da União, após aprovação de seus nomes pelo Senado Federal.

**IV** – Os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal, no que se refere ao livre exercício do Ministério Público e do exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, constituem crimes de responsabilidade, conforme definição em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

- ( ) **a)** apenas as assertivas I e III são corretas;
- ( ) **b)** apenas as assertivas I e II são corretas;
- ( ) **c)** apenas as assertivas II e IV são corretas;
- ( ) **d)** apenas a assertiva II é correta;
- ( ) **e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 08**

Analise os itens abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – As decisões administrativas dos tribunais do Poder Judiciário devem ser motivadas e, após a Emenda Constitucional 45/2004, também ser tomadas em sessão pública.

**II** – O interesse público à informação, que justifica a publicidade de todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário, é assegurado por norma de caráter absoluto, e, como tal, não dá espaços para a incidência do princípio da intimidade das partes no processo.

**III** – Os órgãos do Poder Judiciário brasileiro, inclusive fracionários, podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, independentemente da observância de qualquer formalidade, uma vez que detêm o controle difuso de constitucionalidade.

**IV** – Os créditos de natureza alimentícia, ressalvados os decorrentes de obrigações definidas em lei como de pequeno valor, não dispensam a expedição de precatórios, estando isentos da observância da ordem cronológica dos precatórios resultantes de condenações de outra natureza.

- a)** apenas os itens II e III são corretos;
- b)** apenas os itens I e III são corretos;
- c)** apenas os itens III e IV são corretos;
- d)** apenas os itens I e IV são corretos;
- e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 09

Analise os itens abaixo e assinale a letra **CORRETA**:

**I** – Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar conflito de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e um Tribunal Regional Federal.

**II** – Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar eventual recurso ordinário contra decisão de única instância em mandado de segurança impetrado no Tribunal Superior do Trabalho, se denegatória a decisão.

**III** – As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

**IV** – Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar as ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

- a)** todos são corretos;
- b)** apenas os itens I e III são corretos;
- c)** apenas os itens II e IV são corretos;
- d)** apenas os itens II e III são corretos;
- e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 10

Examine as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.

**I** – A Justiça do Trabalho detém competência para o processamento e julgamento dos mandados de segurança, apenas quando o ato questionado for praticado por seus membros.

**II** – A legitimação constitucional para promover a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos é exclusiva do Ministério Público.

**III** – Com a criação do Conselho Nacional do Ministério Público, a independência funcional no Ministério Público foi relativizada, considerando que cabe ao Conselho rever, de ofício ou mediante provocação, os atos praticados pelos membros da Instituição.

- ( ) **a)** apenas o item I é correto;
- ( ) **b)** apenas o item II é correto;
- ( ) **c)** apenas o item III é correto;
- ( ) **d)** nenhum está correto;
- ( ) **e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 11**

Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – No estado de defesa para preservar ou restabelecer a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza, é possível a restrição temporária aos direitos de reunião, sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica.

**II** – Na vigência do estado de sítio, não se admitem restrições à liberdade de ir e vir nem à inviolabilidade de correspondência.

**III** – Aos militares asseguram-se, entre outros direitos, o gozo de férias anuais remuneradas, com acréscimo de 1/3, e licença-gestante de 120 dias.

**IV** – As funções de polícia judiciária da União são exercidas, com exclusividade, pela polícia federal.

- ( ) **a)** apenas os itens I e II são corretos;
- ( ) **b)** apenas os itens II e IV são corretos;
- ( ) **c)** apenas os itens I, III e IV são corretos;
- ( ) **d)** apenas os itens III e IV são corretos;
- ( ) **e)** não respondida.

## QUESTÃO Nº 12

Analise as assertivas abaixo:

**I** – É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços das entidades sindicais dos trabalhadores, apenas quando relacionados com suas finalidades essenciais.

**II** – A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é, em todo caso, permitida, exigindo-se apenas que as empresas públicas ou sociedades de economia mista que a realizem se sujeitem ao regime próprio das empresas privadas.

**III** – A prestação de serviços públicos cabe, na forma da lei, diretamente ao poder público ou sob regime de concessão ou permissão, neste caso sempre através de licitação.

**IV** – É possível dispensar às micro-empresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento diferenciado quanto às obrigações trabalhistas, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- ( ) **a)** apenas os itens I e III são corretos;
- ( ) **b)** apenas os itens III e IV são corretos;
- ( ) **c)** apenas os itens I e IV são corretos;
- ( ) **d)** apenas os itens II e III são corretos;
- ( ) **e)** não respondida.

## DIREITOS HUMANOS

### QUESTÃO Nº 13

No estudo dos direitos humanos fundamentais, existe cizânia doutrinária em torno da utilização da expressão “geração”, para indicar o processo de consolidação desses direitos, sendo que alguns preferem utilizar “dimensão”. Examine as assertivas a seguir e selecione o argumento que, efetivamente, dá suporte à doutrina que defende a necessidade de substituição de uma expressão por outra.

( ) **a)** os direitos humanos fundamentais são direitos naturais e, como tais, imutáveis, de maneira que o vocábulo “geração” faz alusão a uma historicidade inexistente nessa modalidade de direitos, enquanto “dimensão” refere-se a aspectos relevantes de um todo, que simplesmente se destacam de acordo com o grau de desenvolvimento da sociedade;

( ) **b)** o termo “geração” conduz à idéia equivocada de que os direitos humanos fundamentais se substituem ao longo do tempo, enquanto “dimensão” melhor reflete o processo gradativo de complementaridade, pelo qual não há alternância, mas sim expansão, cumulação e fortalecimento;

( ) **c)** a idéia de “geração” leva ao entendimento de que o processo de afirmação dos direitos humanos fundamentais é linear e não comporta retrocessos, enquanto a de “dimensão” melhor expressa o caminho tortuoso desse processo, de acordo com as relações de forças existentes nas sociedades;

( ) **d)** O termo “geração” sugere uma eficácia restrita dos direitos humanos fundamentais, meramente vertical, ao passo que “dimensão” indica eficácia mais ampla, também horizontal;

( ) **e)** não respondida.

#### **QUESTÃO Nº 14**

Sobre o sistema de promoção e proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

( ) **a)** apesar de a Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU prever em seu texto direitos civis e políticos ao lado dos direitos sociais, econômicos e culturais, foram aprovados dois pactos internacionais distintos, o que acabou criando embaraços para os defensores da indivisibilidade dos direitos humanos, especialmente num contexto de guerra fria;

( ) **b)** a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 da ONU não constitui, sob o ponto de vista formal, instrumento jurídico vinculante, em termos gerais, embora, no aspecto material, venha sendo utilizada como importante elemento de interpretação dos tratados e convenções internacionais e como fonte de inspiração para a aprovação e interpretação das normas internas dos Estados;

( ) **c)** a separação dos direitos civis e políticos, de um lado, e dos direitos sociais, econômicos e culturais, de outro, levou a doutrina a abandonar a tese da interdependência entre essas duas categorias de direitos;

( ) **d)** o Pacto de Direitos Civis e Políticos da ONU consagra alguns valores alusivos à dignidade da pessoa do trabalhador como a proibição de escravidão, de servidão e de trabalhos forçados, além de garantir o direito de fundar sindicatos.

( ) **e)** não respondida

## QUESTÃO Nº 15

Quanto ao sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, analise as assertivas abaixo:

**I** – No âmbito da Organização dos Estados Americanos, ao contrário do que ocorre no da ONU, só há um Pacto de Direitos Humanos, que trata dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto de São José da Costa Rica, não havendo um pacto de direitos sociais, econômicos e culturais.

**II** – O Pacto de São José da Costa Rica restringe a prisão civil por dívidas ao devedor de alimentos.

**III** – O Pacto de São José da Costa Rica proíbe todo tipo de trabalho forçado ou obrigatório, inclusive ao presidiário.

**IV** – O Pacto de São José da Costa Rica consagra o duplo grau de jurisdição ao garantir o direito de recorrer de sentença a juiz ou tribunal.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- ( ) **a)** apenas os itens III e IV são corretos;
- ( ) **b)** apenas os itens I e II são corretos;
- ( ) **c)** apenas os itens I e IV são corretos;
- ( ) **d)** apenas os itens II e IV são corretos;
- ( ) **e)** não respondida.

## QUESTÃO Nº 16

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal referente à incorporação dos tratados internacionais sobre direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, analise as assertivas abaixo:

**I** – Prevalece a tese da constitucionalização dos tratados ratificados após a promulgação da Constituição de 1988, por força da abertura do rol dos direitos e garantias fundamentais a outros direitos previstos nos tratados internacionais em que a República do Brasil seja parte.

**II** – Há decisões do STF que aceitam a tese da constitucionalização dos tratados sobre direitos humanos incorporados ao nosso ordenamento jurídico antes da Constituição de 1988.

**III** – Após a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a constitucionalização dos tratados internacionais sobre direitos humanos depende, no aspecto formal, da observância do procedimento previsto para aprovação de emenda à Constituição.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- ( ) **a)** apenas o item II é incorreto;
- ( ) **b)** apenas o item I é incorreto;
- ( ) **c)** apenas o item III é incorreto;
- ( ) **d)** todas são incorretas;
- ( ) **e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 17**

Em relação a atuação do Ministério Público na defesa dos Direitos Humanos Fundamentais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- ( ) **a)** tratando-se de violação a direitos individuais homogêneos, admite a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a tutela por meio de ação civil pública;
- ( ) **b)** a tutela coletiva de interesse dos grupos e da sociedade em geral pelo Ministério Público afasta a possibilidade de os lesados requererem em juízo reparações individualizadas;
- ( ) **c)** a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos humanos depende da materialização do fato e, portanto, é de caráter repressiva com efeitos futuros, e não preventiva;
- ( ) **d)** tratando-se de lesões individualizadas a direitos humanos fundamentais, a atuação do Ministério Público depende do consentimento das pessoas lesadas.
- ( ) **e)** não respondida.

## **DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

### **QUESTÃO Nº 18**

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- I** – Será nulo o contrato de trabalho ou de locação de serviços realizados com índios que vivem em grupos desconhecidos.
- II** – O contrato de aprendizagem é contrato de trabalho especial, por prazo determinado de dois anos, prorrogáveis somente para os aprendizes portadores de deficiência, cuja idade máxima de 24 anos não se aplica.
- III** - A anotação na Carteira de Trabalho e Previdência constitui o único pressuposto para a validade do contrato de aprendizagem.

**IV**– O aprendiz terá direito ao depósito do FGTS, com alíquota reduzida de 2%(dois por cento) da sua remuneração paga ou devida.

- ( ) **a)** somente as assertivas I, II e III estão corretas;
- ( ) **b)** somente as assertivas I, III e IV estão corretas;
- ( ) **c)** somente as assertivas I e IV estão corretas;
- ( ) **d)** somente as assertivas II e IV estão corretas;
- ( ) **e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 19**

Assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – O Direito do Trabalho estende sua esfera normativa ao empregado a domicílio, não fazendo distinção entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que presentes os elementos caracterizadores da relação de emprego.

**II** – O fato de o empregador ter permitido que o empregado execute as atividades em seu domicílio significa que renunciou ao poder diretivo.

**III** – A situação jurídica da mãe-social está disciplinada por lei que estabelece os direitos trabalhistas a que faz jus, dentre eles, anotação na CTPS, repouso semanal remunerado de 24 horas consecutivas, férias anuais de 30 dias, 13º salário e FGTS.

**IV** – São assegurados aos aeronautas férias anuais em dois períodos de 20 dias.

- ( ) **a)** apenas uma das assertivas está incorreta;
- ( ) **b)** apenas duas das assertivas estão incorretas;
- ( ) **c)** apenas três das assertivas estão incorretas;
- ( ) **d)** todas as assertivas estão incorretas;
- ( ) **e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 20**

Assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** - As cooperativas não se igualam às demais empresas em relação aos seus empregados para fins de legislação trabalhista e previdenciária.

**II** – O contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa constituída pelo ex-empregado da tomadora como condição para permanecer laborando e a sua “ex-

empregadora”, para o Direito do Trabalho é anulável, mesmo que presentes os requisitos caracterizadores da relação de emprego.

**III** – A empresa de trabalho temporário é necessariamente urbana, conseqüentemente, é vedada a contratação de rurícola nessas condições.

**IV** - O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviço ou cliente deverá ser obrigatoriamente escrito e dele deverá constar expressamente o motivo justificador da demanda de trabalho temporário, assim como a modalidade de remuneração da prestação de serviço.

- ( ) **a)** somente as assertivas I, II e III estão corretas;
- ( ) **b)** somente as assertivas I, III e IV estão corretas;
- ( ) **c)** somente as assertivas I, II, e IV estão corretas;
- ( ) **d)** somente as assertivas III e IV estão corretas;
- ( ) **e)** não respondida.

#### **QUESTÃO Nº 21**

Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, são fatores que indicam a existência de fraude trabalhista, ou seja, de mera intermediação de mão-de-obra:

**I** - determinação pela tomadora do modo, tempo e forma que o trabalho deve ser realizado;

**II** – indicação pela tomadora da quantidade de trabalhadores e quais funções deverão ser preenchidas pela empresa prestadora;

**III** - saber-fazer específico (“Know-how”) da empresa prestadora de serviços, com utilização de meios materiais próprios para a execução do contrato;

**IV** – repasse da atividade central da empresa tomadora à prestadora de serviços.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- ( ) **a)** somente as assertivas I, II e III estão corretas;
- ( ) **b)** somente as assertivas I, III e IV estão corretas;
- ( ) **c)** somente as assertivas I, II, e IV estão corretas;
- ( ) **d)** somente as assertivas II, III e IV estão corretas;
- ( ) **e)** não respondida.

## QUESTÃO Nº 22

Analise as assertivas seguintes sobre o trabalho portuário avulso:

**I** – em havendo vagas disponíveis, a passagem do trabalhador portuário avulso cadastrado para o registro no órgão gestor de mão-de-obra deve ser regulamentada por contrato, acordo ou convenção coletiva, que estipulará a forma de seleção, sendo requisito obrigatório a antiguidade no cadastro, por força de lei;

**II** - o pagamento dos salários deve ser feito pelo órgão gestor de mão-de-obra diretamente aos trabalhadores, salvo os valores relativos a férias e 13º salário, cujos valores percentuais devem ser repassados aos respectivos sindicatos, a quem compete o gerenciamento do respectivo fundo e o pagamento aos trabalhadores portuários avulsos quando do gozo de férias (remuneração das férias) e até o vigésimo dia do mês de novembro (13º salário);

**III** - É assegurado ao trabalhador portuário avulso registrado no órgão gestor de mão-de-obra o direito de concorrer à escala diária complementando a equipe de trabalho do quadro de cadastrados;

**IV** - o intervalo interjornadas mínimo de 11 horas é aplicável aos trabalhadores portuários avulsos, ainda que a jornada de trabalho seja de seis horas, salvo situações excepcionais.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- ( ) **a)** apenas uma alternativa está correta;
- ( ) **b)** duas alternativas estão corretas;
- ( ) **c)** três alternativas estão corretas;
- ( ) **d)** todas as alternativas estão corretas;
- ( ) **e)** não respondida.

## QUESTÃO Nº 23

Assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – Conforme entendimento uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, o fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador o exime do pagamento do adicional de insalubridade.

**II** – Ao empregador é vedado exigir a remoção individual pelo empregado de peso superior a cinquenta quilos, como também, a empregar mulher em serviço que demande emprego de força muscular superior a vinte quilos para o trabalho contínuo, ou vinte e cinco, para o trabalho ocasional.

**III** – Segundo entendimento uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, o trabalho executado, em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.

**IV** – Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada à observância das instruções recebidas nos treinamentos oferecidos pelo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

- ( ) **a)** somente as assertivas I e II estão corretas;
- ( ) **b)** somente as assertivas I, III e IV estão corretas;
- ( ) **c)** somente as assertivas II, III e IV estão corretas;
- ( ) **d)** somente as assertivas III e IV estão corretas;
- ( ) **e)** não respondida.

#### **QUESTÃO Nº 24**

Trabalhadores foram atraídos por falsas promessas para laborarem em outro estado da federação. Durante o período (alguns por 5 meses, outros por 14 meses) em que permaneceram no local da prestação de serviços, cerceados da liberdade de ir e vir, os trabalhadores operaram em condições degradantes, sem pagamento dos salários. Diante desses fatos, podemos afirmar que:

**I** – trata-se de hipótese de rescisão indireta e, por essa razão, o empregado resgatado com mais de um ano de serviço deverá receber, a título de verbas rescisórias: salários de todo período; aviso prévio; gratificações natalinas; férias vencidas e proporcionais, acrescidas do terço constitucional; FGTS de todo o período, acrescido da indenização de 40%;

**II** – por caracterizar justa causa cometida pelo empregador, o empregado libertado com menos de um ano de serviço terá direito apenas a receber a título de verbas rescisórias: salários de todo período; aviso prévio; 13º salário proporcional; FGTS de todo o período, acrescido da indenização de 40%;

**III** – alguns trabalhadores afirmaram que, no ato da contratação, consentiram com o deslocamento até o local da prestação de serviços. Para esses, não estão presentes os elementos caracterizadores do trabalho em condição análoga à de escravo;

**IV** – o trabalhador identificado como submetido a regime de trabalho em condições análogas à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do grupo móvel, será dessa situação resgatado e terá direito a seis parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- ( ) **a)** apenas uma das assertivas está correta;
- ( ) **b)** apenas duas das assertivas estão corretas;

- ( ) **c)** apenas três das assertivas estão corretas;
- ( ) **d)** todas as assertivas estão corretas;
- ( ) **e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 25

O fenômeno da relação de emprego somente se completa do ponto de vista de seus plenos efeitos jurídicos, se reunidos, na mesma relação os elementos fáticos e jurídicos. Assim considerando, podemos afirmar que:

- I** – a lei que disciplina o trabalho do atleta profissional de futebol proíbe a contratação de adolescentes de 16 anos. Entre 16 e 20 anos, a contratação necessita de consentimento expresso do responsável legal.
- II** – para a jurisprudência dominante, o trabalho realizado pelo menor de 16 anos é proibido, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Assim, o contrato firmado nestas circunstâncias é nulo, mas produz todos os efeitos trabalhistas, a fim de impedir o enriquecimento ilícito do empregador.
- III** – segundo Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, o contrato de trabalho celebrado entre o bicheiro e o apontador do ‘jogo do bicho’ é nulo, porque o objeto é ilícito, por traduzir contravenção penal.
- IV** – o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho é no sentido de que a contratação de servidor público, após a Constituição da República de 1988, sem prévia aprovação em concurso público e para atender necessidade temporária de excepcional interesse público é nula, razão pela qual, o trabalhador só terá direito ao pagamento da contraprestação pactuada em relação ao número de horas trabalhadas e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- ( ) **a)** apenas uma das assertivas está correta;
- ( ) **b)** apenas duas das assertivas estão corretas;
- ( ) **c)** apenas três das assertivas estão corretas;
- ( ) **d)** todas as assertivas estão corretas;
- ( ) **e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 26

A Encíclica *Divini redemptoris*, que trouxe orientações sobre trabalho, foi escrita pelo papa:

- a)** Paulo VI;
- b)** João XXIII;
- c)** Leão XIII;
- d)** Pio XI;
- e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 27

Complete com a opção **CORRETA**.

A Constituição do México, de \_\_\_\_\_, tratou de regras de Direito do Trabalho no seu artigo 123.

- a)** 1915;
- b)** 1917;
- c)** 1919;
- d)** 1921;
- e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 28

Complete com a opção **CORRETA**.

Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor \_\_\_\_\_ na data da rescisão.

- a)** da hora normal;
- b)** do salário;
- c)** da remuneração;
- d)** da globalidade salarial;
- e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 29

Complete com a opção **CORRETA**.

Poderá a duração normal do trabalho do jornalista ser elevada a \_\_\_\_\_ horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso de tempo de trabalho, em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição.

- a) 7 horas
- b) 8 horas;
- c) 10 horas;
- d) 12 horas;
- e) não respondida.

### QUESTÃO Nº 30

Complete com a opção **CORRETA**.

Em relação ao trabalho em minas no subsolo, em cada período de \_\_\_\_\_ consecutivas de trabalho, será obrigatória uma pausa de \_\_\_\_\_ minutos para repouso, a qual será computada na duração normal de trabalho efetivo.

- a) 1 hora e 40 minutos; 20;
- b) 2 horas; 20;
- c) 3 horas; 15;
- d) 3 horas; 20;
- e) não respondida.

### QUESTÃO Nº 31

Complete com a opção **CORRETA**.

Os operadores cinematográficos estão sujeitos a \_\_\_\_\_ horas consecutivas de trabalho em cabina, durante o funcionamento cinematográfico.

- a) 4;
- b) 5;
- c) 6;
- d) 7;
- e) não respondida.

### QUESTÃO Nº 32

O horário noturno do advogado é das:

- a) 20 às 4 horas;
- b) 20 às 5 horas;
- c) 21 às 5 horas;
- d) 22 às 5 horas;
- e) não respondida.

### QUESTÃO Nº 33

Complete com a opção **CORRETA**.

O contrato de trabalho do jogador de futebol é de prazo determinado, com vigência nunca inferior a \_\_\_\_\_ meses e nem superior a \_\_\_\_\_ anos.

- a) 3; 2;
- b) 3; 5;
- c) 6; 3;
- d) 12; 5;
- e) não respondida.

### QUESTÃO Nº 34

Julgue as assertivas abaixo:

**I** – Os atos praticados pelo superior hierárquico para punir o subordinado, longe da presença de terceiros, não podem ser enquadrados como assédio moral, uma vez que traduzem as prerrogativas decorrentes do poder disciplinar para o melhor andamento da atividade empreendida.

**II** – O assédio sexual é mais amplo no âmbito dos efeitos trabalhistas do que em sua tipificação no Direito Penal brasileiro, pois este prevê o assédio sexual “por chantagem”, não incluindo o assédio “por intimidação”, além de não abranger o “assédio ascendente”, praticado pelo inferior hierárquico.

**III** – combate à discriminação no ato da contratação dos trabalhadores situa-se à margem das atribuições do Ministério Público do Trabalho, considerando inexistir, até então, contrato de trabalho formalizado.

**IV** – De acordo com as normas incorporadas ao nosso ordenamento jurídico, não constituem discriminações as distinções, exclusões ou preferências baseadas nas

qualificações exigidas para um emprego determinado, as que se possam justificar em função da segurança do Estado e, finalmente, as que tenham o caráter de medidas de proteção ou assistência especial reconhecida como necessária por motivos como o sexo, a invalidez, os encargos de família ou o nível social ou cultural.

- ( ) **a)** apenas os itens I e IV são corretos;
- ( ) **b)** apenas os itens I e III são corretos;
- ( ) **c)** apenas os itens II e IV são corretos;
- ( ) **d)** todos os itens são incorretos;
- ( ) **e)** não respondida.

## **DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

### **QUESTÃO Nº 35**

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- ( ) **a)** a negociação coletiva pode ter por finalidade fixar condições individuais de trabalho e estabelecer as condições para o relacionamento entre aqueles que se engajam nas relações coletivas de trabalho;
- ( ) **b)** a negociação coletiva não se confunde com a convenção e o acordo coletivo de trabalho;
- ( ) **c)** os princípios da razoabilidade, do dever de informação e do respeito à finalidade da negociação são princípios da negociação coletiva;
- ( ) **d)** segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, não é possível a realização de acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho sem a participação do sindicato;
- ( ) **e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 36**

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- ( ) **a)** a negociação coletiva pode ocorrer por empresa ou por categoria;
- ( ) **b)** parte da doutrina nacional sustenta que a natureza jurídica da convenção coletiva de trabalho é mista, ou seja, contratual na celebração e regulamentar quanto aos seus efeitos;

- c)** apesar de previsto expressamente na legislação brasileira, o contrato coletivo de trabalho não foi implementado;
- d)** dentre os elementos extrínsecos da convenção coletiva de trabalho podemos arrolar o consenso;
- e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 37

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** o piquete pacífico não é admitido pela legislação brasileira;
- b)** a “greve de rendimento” não é permitida pela legislação brasileira;
- c)** as greves que não impliquem a cessação do trabalho estão amparadas pela legislação brasileira pertinente;
- d)** a mera adesão à greve pode constituir falta grave se o movimento for considerado abusivo pelas Cortes Trabalhistas;
- e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 38

Leia com atenção:

**I** – Dentre os serviços ou atividades essenciais estão incluídos o transporte coletivo, serviços funerários, serviços de bancos, controle de tráfego aéreo, telecomunicações, captação e tratamento de esgoto e lixo;

**II** – Dentre as correntes que procuram elucidar a titularidade da greve estão aquelas que a consideram como um direito do sindicato ou um direito coletivo dos trabalhadores.

**III** – Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, os interesses que podem ser defendidos com o exercício do direito de greve são os profissionais.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** todas as assertivas estão corretas;
- b)** apenas as assertivas I e II estão corretas;
- c)** apenas as assertivas II e III estão corretas;
- d)** apenas as assertivas I e III estão corretas;
- e)** não respondida.

## QUESTÃO Nº 39

Sobre o direito de liberdade sindical previsto na Constituição brasileira de 1988, julgue as assertivas abaixo, levando em conta a doutrina do constitucionalismo.

**I** – O direito de liberdade sindical enquadra-se como princípio constitucional na medida em que reúne todas as condições para, de maneira prévia, estabelecer sua delimitação nos casos concretos, mediante um modelo de aplicação absoluta de seu conteúdo.

**II** – A eficácia vertical imediata do direito de liberdade sindical em relação ao poder público assegura aos sindicatos imunidade contra qualquer tipo de intervenção por parte do Ministério Público do Trabalho, no que se refere à organização e às ações sindicais.

**III** – O direito de liberdade sindical, como garante de liberdades, possui um conteúdo estritamente negativo, de não intervenção, que o coloca na primeira dimensão dos direitos, e, como tal, dirige-se ao trabalhador como indivíduo abstrato; sua natureza difere da dos demais direitos trabalhistas, que surgem como de segunda dimensão, pois levam em conta os trabalhadores inseridos em seus contextos de vida e possuem um conteúdo positivo prestacional.

**IV** - A Constituição Brasileira prevê reserva legal para a prática de qualquer ato resultante do direito de liberdade sindical dos servidores públicos estatutários.

- ( ) **a)** Apenas a I é correta;
- ( ) **b)** apenas a III é correta;
- ( ) **c)** apenas as II e IV são corretas;
- ( ) **d)** todas são incorretas;
- ( ) **e)** não respondida.

## QUESTÃO Nº 40

Uma associação de trabalhadores formula pedido de registro sindical, com os documentos indispensáveis para a prática do ato, protocolado na Delegacia Regional do Trabalho onde se localiza a sede da entidade. Verificada a regularidade dos documentos pelo setor competente, o pedido de registro foi publicado no Diário Oficial da União. Houve impugnação por entidade sindical de mesmo grau, representatividade e base territorial coincidentes com as da requerente, acompanhada dos documentos necessários ao seu conhecimento, entre os quais o comprovante do registro sindical expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

De acordo com a situação descrita, analise as seguintes asserções, baseando-se em entendimento do Supremo Tribunal Federal.

**I** – A autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego concederá autorização à entidade que reunir as melhores condições para representar os integrantes da categoria, podendo, caso seja necessário, desconstituir registro anteriormente concedido à outra entidade sindical.

**II** – Prevalecerá na hipótese a anterioridade, ou seja, a entidade que anteriormente detiver o registro sindical.

**III** – O registro da associação requerente deve ser concedido, sem prejuízo do registro já concedido anteriormente, sob pena de intervenção do Estado nos sindicatos; as eventuais disputas intersindicais decorrentes da duplicidade devem ser resolvidas em juízo.

**IV** – O registro das entidades sindicais no Ministério do Trabalho e Emprego é compatível com a Constituição brasileira de 1988.

Assinale a opção **CORRETA**:

- ( ) **a)** é correta apenas a de número I;
- ( ) **b)** são corretas as de números II e IV;
- ( ) **c)** é correta apenas a de número III;
- ( ) **d)** é correta apenas a de número IV;
- ( ) **e)** não respondida.

#### **QUESTÃO Nº 41**

Analise as assertivas e marque a opção **CORRETA**:

**I** – O Brasil não ratificou a Convenção n. 87 da Organização Internacional do Trabalho sobre liberdade sindical; isso não impede, porém, que o Comitê de Liberdade Sindical do Conselho de Administração da OIT possa dar seguimento ao exame de eventual queixa baseada na violação em nosso país dos direitos previstos naquela convenção internacional.

**II** – A Convenção n. 87 da OIT prevê expressamente o direito fundamental de greve como conteúdo essencial do direito de liberdade sindical.

**III** – A Convenção n. 98 da OIT consagra o modelo do foro sindical, de maneira exclusiva, no sentido de que estabelece proteção contra a prática de alguns atos anti-sindicais por parte dos empregadores ou seus representantes, sendo indiferente a eventuais práticas desleais por parte dos sindicatos dos empregados.

**IV** – A Convenção n. 98 da OIT proíbe a sindicalização e a negociação coletiva dos funcionários públicos dos Estados-membros.

- ( ) **a)** apenas a de número I é correta;
- ( ) **b)** apenas as de números II e IV são corretas;
- ( ) **c)** apenas a de número III é correta;
- ( ) **d)** todas são incorretas;
- ( ) **e)** não respondida.

## **QUESTÃO Nº 42**

Analise as assertivas abaixo sobre a garantia de emprego do dirigente sindical, tendo em conta a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho:

**I** – O registro da candidatura a cargo de dirigente sindical no curso de eventual aviso prévio concedido pelo empregador implica a suspensão do término do contrato de trabalho inicialmente previsto.

**II** – O reconhecimento da estabilidade do dirigente de sindicato de categoria diferenciada depende, entre outras exigências, das atividades que o empregado exerce na empresa.

**III** – A comunicação pela entidade sindical do registro da candidatura a cargo sindical, no prazo de 24 horas, assim como da eventual eleição e posse, no mesmo prazo, é dispensável, pois sua ausência não prejudica a estabilidade do empregado, caso ele preencha os demais requisitos para o exercício do direito.

**IV** – Caso o empregado seja detentor de estabilidade sindical, a sua dispensa pelo empregador em razão de falta cometida durante o período de garantia do emprego, depende de apuração em inquérito judicial.

Assinale a opção **CORRETA**:

- ( ) **a)** apenas os itens I e II são corretos;
- ( ) **b)** apenas os itens II e IV são corretos;
- ( ) **c)** apenas os itens I e IV são corretos;
- ( ) **d)** todos os itens são incorretos;
- ( ) **e)** não respondida.

## DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

### QUESTÃO Nº 43

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** No Brasil, a autonomia jurisdicional do processo do trabalho está bem caracterizada desde 1934, quando a Constituição incluiu a Justiça do Trabalho como órgão integrante do Poder Judiciário.
- b)** O Direito Processual Comum será fonte subsidiária do processo do trabalho na omissão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Havendo omissão da CLT quanto à execução trabalhista, aplica-se o Código de Processo Civil.
- c)** Cabem embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, das decisões das Turmas contrárias à letra de lei federal, ou que divergirem entre si, ou da decisão proferida pelo Tribunal Pleno, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.
- d)** Pode uma questão processual ser objeto de rescisão desde que consista em pressuposto de validade de uma sentença de mérito.
- e)** Não respondida.

### QUESTÃO Nº 44

Assinale a alternativa **INCORRETA**, quanto à execução no processo do trabalho:

- a)** Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.
- b)** Serão executadas *ex officio* as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.
- c)** Tratando-se de reclamações trabalhistas plúrimas, a aferição do que vem a ser obrigação de pequeno valor, para efeito de dispensa de formação de precatório e aplicação do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, deve ser realizada considerando-se a soma total dos créditos dos reclamantes.
- d)** É válida a penhora em bens de pessoa jurídica de direito privado, realizada anteriormente à sucessão pela União ou por Estado-membro, não podendo a execução prosseguir mediante precatório.
- e)** Não respondida.

## QUESTÃO Nº 45

Assinale a alternativa **INCORRETA**, relativamente à ação civil pública no processo do trabalho:

- a)** Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos, inclusive para denunciar situação fraudulenta envolvendo sociedade cooperativa, utilizada para intermediar mão-de-obra.
- b)** Poderá ingressar com ação civil pública perante a Justiça do Trabalho a associação civil constituída há dois meses, desde que inclua entre seus fins institucionais e defesa dos interesses transindividuais, em situação considerada pelo magistrado de manifesto interesse social, evidenciado pela relevância do bem jurídico a ser protegido.
- c)** Na Justiça do Trabalho, a ação civil pública tem natureza condenatória, visando à criação de novas condições de trabalho e ao adimplemento de obrigações de dar (pagamento de multa), de fazer ou não fazer.
- d)** Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, se a extensão do dano abranger os Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, o ajuizamento da correspondente ação civil pública trabalhista deverá ocorrer na Justiça do Trabalho do Distrito Federal.
- e)** Não respondida.

## QUESTÃO Nº 46

Assinale a alternativa **CORRETA**, concernente ao dissídio coletivo na Justiça do Trabalho.

- a)** A sentença normativa é fonte de direito, pois irradia efeitos jurídicos gerais e abstratos, com campo de incidência objetivo-subjetiva limitado, entretanto, às categorias profissionais e econômicas que se tenham envolvido no processo do dissídio coletivo.
- b)** Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e mínimas de proteção ao trabalho.
- c)** A instância pode ser concorrentemente instaurada por sindicato representativo da categoria econômica ou profissional, pelas federações ou confederações respectivas.
- d)** Pela ação de cumprimento, os empregados, individualmente ou de maneira plúrima ou por seus sindicatos, objetivam o cumprimento de sentença normativa transitada em julgado, acordo ou convenção coletiva de trabalho, perante a Vara do Trabalho ou o Juiz de Direito investido na função trabalhista.

e) Não respondida.

### QUESTÃO Nº 47

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Se o recorrente provar justo impedimento, tem o juiz de relevar a pena de deserção, dispensando o preparo.
- b) No caso de inversão do ônus da sucumbência em segundo grau, sem acréscimo ou atualização do valor das custas e se estas já foram devidamente recolhidas, descabe um novo pagamento pela parte vencida, ao recorrer.
- c) É ônus da parte recorrente efetuar o depósito recursal legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sem que haja limite, sob pena de deserção.
- d) Às sociedades de economia mista é assegurada a isenção do recolhimento de custas processuais, conforme o Decreto-Lei nº 779/69.
- e) Não respondida.

### QUESTÃO Nº 48

Em relação aos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho:

**I** – Na Justiça do Trabalho, em lides oriundas de relações de trabalho não-empregatícias, os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência.

**II** – Atendidos os requisitos da Lei nº 5.584/70, para a concessão de assistência judiciária, basta a afirmação do declarante ou de seu advogado, na petição inicial, para se considerar configurada a sua situação econômica.

**III** – O benefício da justiça gratuita pode ser requerido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, desde que, na fase recursal, seja o requerimento formulado no prazo alusivo ao recurso.

**IV** – Na Justiça do Trabalho, em demandas relacionadas a vínculos empregatícios, o deferimento de honorários advocatícios sujeita-se à constatação da ocorrência alternativa de dois requisitos: o benefício da Justiça Gratuita ou a assistência por sindicato.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) apenas as alternativas III e IV estão erradas;
- c) apenas as alternativas I, II e IV estão erradas;

( ) **d)** apenas a alternativa IV está errada;

( ) **e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 49**

No que diz respeito à organização da Justiça do Trabalho:

**I** – Na composição do Tribunal Superior do Trabalho (TST), devem constar Ministros que tenham sido Juízes de Tribunais Regionais do Trabalho, livremente indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal Superior e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

**II** – Um quinto dos Ministros do TST devem ser escolhidos dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, notório saber jurídico e reputação ilibada, indicados em lista sêxtupla pelo órgão de representação de sua classe.

**III** – Ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

**IV** – Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a Justiça Itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

( ) **a)** apenas as alternativas I e IV estão corretas;

( ) **b)** apenas a alternativa II está errada;

( ) **c)** apenas as alternativas III e IV estão corretas;

( ) **d)** apenas as alternativas II e IV estão corretas;

( ) **e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 50**

Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, no que diz respeito ao ônus da prova na Justiça do Trabalho:

**I** – Quando prevista em instrumento normativo, a presunção de veracidade da jornada de trabalho é absoluta, em face do princípio da autonomia privada coletiva.

**II** – A não-apresentação injustificada dos controles de frequência pelo empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário.

**III** – O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado.

**IV** – É do empregado o ônus de comprovar que satisfaz os requisitos indispensáveis à obtenção do vale-transporte.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a)** apenas as alternativas I, II e III estão corretas;
- b)** apenas as alternativas II, III e IV estão corretas;
- c)** apenas as alternativas I e IV estão incorretas;
- d)** todas as alternativas estão corretas;
- e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 51**

Assinale a alternativa **ERRADA**:

- a)** Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.
- b)** Se a decisão rescindenda é homologatória de acordo, não há parte vencedora ou vencida, razão pela qual não é possível a sua desconstituição calcada no inciso II do art. 485 do CPC, pois constitui fundamento de rescindibilidade que supõe solução jurisdicional para a lide.
- c)** No processo do trabalho, a legitimidade “ad causam” do Ministério Público para propor ação rescisória, quando não tenha sido parte no processo que deu origem à decisão rescindenda, está restrita às seguintes hipóteses: que não tenha sido ouvido no processo em que seria obrigatória a sua intervenção; e quando a sentença seja o efeito de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.
- d)** Considera-se prequestionada a matéria jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.
- e)** Não respondida.

### **QUESTÃO Nº 52**

Quanto à temática da competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa **ERRADA**:

- a)** É da Justiça do Trabalho a competência para julgar os danos materiais e morais provenientes de doença ocupacional, ficando privada, todavia, de apreciar pedidos de benefícios previdenciários decorrentes.

( ) **b)** Não se configura conflito de competência entre Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho a ele vinculada.

( ) **c)** A partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 45, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações penais exclusivamente e diretamente decorrentes das relações de trabalho.

( ) **d)** Compete ao Tribunal Regional do Trabalho o julgamento dos conflitos de competência entre juízes do trabalho e juízes de direito investidos de jurisdição trabalhista, na respectiva Região.

( ) **e)** Não respondida.

### QUESTÃO Nº 53

Tratando-se de nulidades no processo do trabalho, à luz dos seus respectivos princípios e da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**:

( ) **a)** É nula, em virtude do seu caráter *extra petita*, a decisão da Justiça do Trabalho que defere salários ao reclamante que pleiteia em juízo, tão-somente, sua reintegração ao emprego.

( ) **b)** Ainda que tenha ocorrido o trânsito em julgado da decisão, poderá o interessado alegar, na fase de execução, falta ou nulidade da citação.

( ) **c)** Pelo princípio da eventualidade, não havendo reação da parte, o ato nulo não argüido no tempo oportuno vem a se convalidar, permanecendo válido.

( ) **d)** Dá-se a preclusão consumativa quando um ato não pode mais ser praticado, pelo fato de já se ter praticado outro ato que seja tido juridicamente como incompatível com o já realizado.

( ) **e)** Não respondida.

### QUESTÃO Nº 54

Tratando-se de prazos processuais trabalhistas, assinale a alternativa **INCORRETA**:

( ) **a)** Os prazos processuais são contínuos e irrelevantes, correndo ininterruptamente, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou Tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.

( ) **b)** Intimada ou notificada a parte no sábado, a contagem do prazo se dará no primeiro dia útil imediato.

- ( ) **c)** O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso. A interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.
- ( ) **d)** É em dobro o prazo para interposição de embargos declaratórios por pessoa jurídica de direito público.
- ( ) **e)** Não respondida.

### **QUESTÃO Nº 55**

Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, no que diz respeito aos recursos no processo do trabalho:

**I** – Na Justiça do Trabalho, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão: de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; ou que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.

**II** – O juízo de admissibilidade é feito tanto no juízo “a quo”, como no juízo “ad quem”. A posição do primeiro não vincula o segundo, pois se o juízo de primeiro grau entender que não cabe recurso por determinado fundamento, nada impede que o Tribunal examine a mesma questão por motivo, inclusive, de hierarquia.

**III** – Em nenhuma hipótese serve ao conhecimento de recurso de revista aresto divergente oriundo de mesmo Tribunal Regional do Trabalho.

**IV** – O efeito devolutivo do recurso ordinário transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença, salvo se não renovado em contra-razões.

De acordo com as proposições acima, pode-se afirmar que:

- ( ) **a)** todas as alternativas são corretas;
- ( ) **b)** apenas a alternativa IV está errada;
- ( ) **c)** apenas as alternativas I, III e IV estão erradas;
- ( ) **d)** apenas as alternativas I e II estão corretas;
- ( ) **e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 56**

Quanto à ação rescisória no processo do trabalho:

**I** – A ação rescisória será admitida na Justiça do Trabalho, desde que sujeita ao depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da causa, salvo prova da miserabilidade jurídica do autor.

**II** – Sempre que não houver o conhecimento de recurso de revista ou de embargos, a competência para julgar ação que vise a rescindir a decisão de mérito é do Tribunal Regional do Trabalho.

**III** – Cabe ação rescisória por violação ao art. 896, “a”, da CLT, contra decisão que não conhece do recurso de revista, com base em divergência jurisprudencial.

**IV** – A decisão que conclui estar preclusa a oportunidade de impugnação da sentença de liquidação, por ensejar tão-somente a formação de coisa julgada formal, não é suscetível de rescindibilidade.

De acordo com as proposições acima, pode-se afirmar que:

- a)** apenas as proposições I, II e III estão corretas;
- b)** todas as proposições estão corretas;
- c)** apenas as alternativas II e III estão erradas;
- d)** apenas as alternativas I e II estão erradas;
- e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 57**

Assinale a proposição **INCORRETA**:

- a)** com a apresentação de reconvenção, a audiência é adiada, pois o reconvido é citado pessoalmente ou na pessoa do seu procurador para apresentar a contestação;
- b)** decisão desfavorável a ente público, em sede de precatório, está sujeita à remessa necessária;
- c)** esgotadas as vias recursais existentes, não cabe mandado de segurança;
- d)** segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, não se conhece de arguição de nulidade do contrato de trabalho em favor de ente público, suscitada pelo Ministério Público do Trabalho, mediante parecer, quando a parte não a suscitou em defesa;
- e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 58**

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo;
- b)** são válidos os atos praticados pelo substabelecido somente se houver, no mandato, poderes expressos para substabelecer;
- c)** não ofende a coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, de condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos, mesmo quando a sentença exequenda houver expressamente afastado a limitação à data-base;
- d)** no procedimento sumaríssimo, as testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de notificação;
- e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 59**

Examine as proposições abaixo:

- I** – No julgamento do agravo de instrumento, ao afastar o óbice apontado pelo TRT para o processamento do recurso de revista, pode o juízo “ad quem” prosseguir no exame dos demais pressupostos extrínsecos e intrínsecos do recurso de revista, mesmo que não apreciados pelo TRT.
- II** - Salvo nos casos de manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso, não se admite efeito modificativo da decisão em embargos declaratórios.
- III** – Se não houver licitante, e não havendo requerido o exequente a adjudicação dos bens penhorados, poderão ser vendidos por leiloeiro nomeado pelo juiz.
- IV** – Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou ter litigado contra o mesmo empregador.

Agora responda, de acordo com o conteúdo das proposições:

- a)** apenas as alternativas I, II e IV estão corretas;
- b)** Todas as proposições estão corretas;
- c)** Apenas as alternativas II e III estão erradas;
- d)** Apenas a alternativa II está errada
- e)** não respondida.

## DIREITO CIVIL

### QUESTÃO Nº 60

Complete com a opção **CORRETA**.

Prescreve em \_\_\_\_\_ a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.

- ( ) **a)** um ano;
- ( ) **b)** dois anos;
- ( ) **c)** três anos;
- ( ) **d)** cinco anos;
- ( ) **e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 61

Complete com a opção **CORRETA**.

Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos pelo Código Civil de 2002, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais \_\_\_\_\_ do tempo estabelecido na lei revogada.

- ( ) **a)** da metade;
- ( ) **b)** de um terço;
- ( ) **c)** de dois terços;
- ( ) **d)** de três quintos;
- ( ) **e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 62

Complete com a opção **CORRETA**.

Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia \_\_\_\_\_ depois de oficialmente publicada.

- ( ) **a)** 2 meses;
- ( ) **b)** 3 meses;
- ( ) **c)** 4 meses;
- ( ) **d)** 5 meses;
- ( ) **e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 63

Complete com a opção **CORRETA**.

Em relação à empreitada, o que se mediu presume-se verificado se, em \_\_\_\_\_ dias, a contar da medição, não forem denunciados os vícios ou defeitos pelo dono da obra ou por quem estiver incumbido da sua fiscalização.

- ( ) **a)** 10;
- ( ) **b)** 15;
- ( ) **c)** 20;
- ( ) **d)** 30;
- ( ) **e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 64

Consideram-se bens móveis para os efeitos legais:

- ( ) **a)** os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem;
- ( ) **b)** as energias que tenham valor econômico;
- ( ) **c)** o direito à sucessão aberta;
- ( ) **d)** as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local;
- ( ) **e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 65

Assinale a alternativa correta.

- ( ) **a)** os bens públicos estão sujeitos a usucapião;
- ( ) **b)** os bens públicos dominicais não podem ser alienados, em hipótese alguma;
- ( ) **c)** os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial podem ser alienados em qualquer hipótese;
- ( ) **d)** consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, não dispondo a lei em contrário;
- ( ) **e)** não respondida.

## PROVA DE DIREITO COMERCIAL

### QUESTÃO Nº 66

São sociedades não personificadas:

- a) simples e cooperativa;
- b) comandita simples e em conta de participação;
- c) em comum e em conta de participação;
- d) capital e indústria e cooperativa;
- e) não respondida.

### QUESTÃO Nº 67

A sociedade em nome coletivo é uma sociedade de:

- a) capital;
- b) pessoas e de capital;
- c) de pessoas;
- d) mista;
- e) não respondida.

### QUESTÃO Nº 68

Complete com a opção **CORRETA**.

O Conselho de Administração das Sociedades Anônimas será composto por, no mínimo, \_\_\_\_\_ membros.

- a) 2;
- b) 3;
- c) 5;
- d) 7;
- e) não respondida.

## REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### QUESTÃO Nº 69

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** o Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União é composto apenas pelo Procurador-Geral da República, que o preside, pelo Procurador-Geral do Trabalho, pelo Procurador-Geral da Justiça Militar e pelo Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios;
- b)** qualquer dos membros do Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União poderá solicitar reuniões;
- c)** o Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União deverá opinar, dentre outras matérias, sobre a organização e o funcionamento da Diretoria-Geral e dos Serviços da Secretaria do Ministério Público da União;
- d)** o Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União poderá propor aos Conselhos Superiores dos diferentes ramos do Ministério Público da União medidas para uniformizar os atos decorrentes de seu poder normativo;
- e)** não respondida

### QUESTÃO Nº 70

Leia com atenção as assertivas abaixo:

- I** – A ação penal pública contra o Procurador-Geral da República, quando no exercício do cargo, caberá ao Subprocurador-Geral da República mais antigo na carreira;
- II** – O Procurador-Geral da República poderá delegar a Coordenador de Câmara de Coordenação e Revisão a atribuição de coordenação das atividades do Ministério Público Federal;
- III** – O Conselho Superior do Ministério Público Militar é formado pelo Procurador-Geral da Justiça Militar, pelo Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar, por quatro Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar eleitos pelo Colégio de Procuradores da Justiça Militar e por quatro Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar eleitos por seus pares;

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** todas as assertivas estão corretas;
- b)** todas as assertivas estão incorretas;
- c)** apenas as assertivas I e III estão corretas;

- d)** apenas a assertiva II está correta;
- e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 71

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** para entrar no exercício do cargo de Procurador do Trabalho, o candidato empossado terá o prazo de 30 dias, improrrogáveis;
- b)** as promoções dos membros integrantes dos quatro ramos do Ministério Público da União deverão ser realizadas até trinta dias da ocorrência da vaga;
- c)** a pena de advertência será aplicada ao membro do Ministério Público do Trabalho de forma pública e por escrito;
- d)** equipara-se ao abandono do cargo de Procurador do Trabalho a ausência do membro ao exercício de suas funções, sem causa justificada, por mais de quarenta e cinco dias intercalados, no período de doze meses;
- e)** não respondida

### QUESTÃO Nº 72

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** além de um dos membros da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, o Procurador-Geral do Trabalho tem por atribuição designar o respectivo Coordenador;
- b)** é atribuição do Procurador-Geral do Trabalho decidir, em grau recursal, os conflitos de atribuição entre os órgãos do Ministério Público do Trabalho;
- c)** é atribuição do Procurador-Geral do Trabalho determinar o afastamento do exercício de suas funções, de membro do Ministério Público do Trabalho indiciado ou acusado em processo disciplinar, e o seu retorno;
- d)** é atribuição do Procurador-Geral do Trabalho dar posse aos membros do Ministério Público do Trabalho;
- e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 73

Leia com atenção as assertivas abaixo:

**I** – A sindicância é o procedimento que tem por objetivo a coleta sumária de dados para instauração, se necessário, de inquérito administrativo.

**II** – O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho poderá, caso não acolha a proposta de arquivamento do inquérito administrativo formulada pela Comissão, encaminhá-la ao Corregedor-Geral para formular a súmula de acusação.

**III** – Havendo prova da infração e indícios suficientes de sua autoria, o Conselho Superior poderá determinar, fundamentadamente, o afastamento preventivo do indiciado em Processo Administrativo, enquanto sua permanência for inconveniente ao serviço ou prejudicial à apuração dos fatos.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** todas as assertivas estão corretas;
- b)** apenas a assertiva I está correta;
- c)** apenas as assertivas I e III estão corretas;
- d)** apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e)** não respondida.

#### **QUESTÃO Nº 74**

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** cabe aos Subprocuradores-Gerais do Trabalho, privativamente, apenas o exercício das funções de membros do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho e Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho;
- b)** é atribuição do Procurador-Geral do Trabalho decidir processo disciplinar contra membro da carreira, aplicando as sanções que sejam de sua competência;
- c)** é atribuição do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público do Trabalho;
- d)** é atribuição do Procurador-Geral do Trabalho elaborar a lista tríplice destinada à promoção por merecimento.
- e)** não respondida.

**GRUPO II**  
**DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO**

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**QUESTÃO Nº 75**

Analise as seguintes assertivas:

**I** – A lei processual civil conceitua sentença como o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa.

**II** – A sentença condenatória valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, exceto quando a condenação for genérica.

**III** – O juiz, de ofício, não poderá modificar o valor ou periodicidade da multa diária imposta para a efetivação da tutela específica, caso verifique que se tornou insuficiente.

**IV** – Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo; por embargos de declaração.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- ( ) **a)** apenas uma das assertivas está correta;
- ( ) **b)** apenas duas das assertivas estão corretas;
- ( ) **c)** apenas três das assertivas estão corretas;
- ( ) **d)** todas as assertivas estão corretas;
- ( ) **e)** não respondida.

**QUESTÃO Nº 76**

Analise as seguintes assertivas:

**I** - Na liquidação por arbitramento e na liquidação por artigos, a citação do réu far-se-á na pessoa de seu advogado constituído nos autos.

**II** - Quando a indenização por ato ilícito incluir prestação de alimentos, o juiz, quanto a esta parte, poderá ordenar ao devedor a constituição de capital, representado por imóveis, títulos da dívida pública ou aplicações financeiras em banco oficial, capital esse inalienável e impenhorável durante a vida da vítima.

**III** – São títulos executivos judiciais, dentre outros: a sentença no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer; a sentença arbitral e o acordo extrajudicial, de qualquer natureza, homologado judicialmente.

**IV** – Na hipótese de o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** somente as assertivas I e II estão corretas;
- b)** somente as assertivas I, III e IV estão corretas;
- c)** somente as assertivas II, III e IV estão corretas;
- d)** somente as assertivas III e IV estão corretas;
- e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 77**

Analise as seguintes assertivas:

**I** - não sendo requerida a execução por quantia certa no prazo de seis meses, o juiz mandará arquivar os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

**II** – do auto de penhora e de avaliação será de imediato intimado o executado, na pessoa de seu advogado, podendo oferecer impugnação, no prazo de dez dias.

**III** – O recebimento da impugnação suspende os atos executivos.

**IV** - a decisão que acolhe totalmente a impugnação é recorrível por meio da apelação.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** somente as assertivas I e II estão corretas;
- b)** somente as assertivas II e III estão corretas;
- c)** somente as assertivas I e IV estão corretas;
- d)** somente as assertivas III e IV estão corretas;
- e)** não respondida.

## QUESTÃO Nº 78

Quanto à execução provisória, é **INCORRETO** afirmar:

- ( ) **a)** na hipótese de acórdão superveniente alterar a sentença exequenda, eventuais prejuízos experimentados pelo executado serão liquidados por artigos;
- ( ) **b)** a prática de atos que importem alienação de propriedade ou dos quais possa resultar grave dano ao executado dependem de caução suficiente e idônea, a ser arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos;
- ( ) **c)** a dispensa da caução dar-se-á em situação de necessidade, quando o crédito tiver natureza alimentar ou for decorrente de ato ilícito, observando-se, ainda, o limite de 60 (sessenta) salários mínimos;
- ( ) **d)** é dispensada a caução quando tiver início (ou prosseguimento) a execução provisória enquanto pender agravo de instrumento perante o Supremo Tribunal Federal ou perante o Superior Tribunal de Justiça, excetuada expressamente a hipótese de a execução, neste último estágio recursal, possa resultar risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação ao executado;
- ( ) **e)** não respondida.

## QUESTÃO Nº 79

Analise as seguintes assertivas:

- I** – o arresto tem lugar quando o devedor, que tem domicílio, caindo em insolvência põe ou tenta pôr os seus bens em nome de terceiros ou comete outro qualquer artifício fraudulento, a fim de frustrar a execução ou lesar credores.
- II** – o bem litigioso (móvel, imóvel ou semovente) pode ser seqüestrado quando houver fundado receio de rixas ou danificações.
- III** – a produção antecipada da prova pode consistir em interrogatório da parte, inquirição de testemunhas e exame pericial. Não se lhe aplica o prazo de eficácia das medidas cautelares, de maneira que mesmo que a ação principal seja proposta, além de trinta dias da realização da medida preparatória, ainda assim, a vistoria ou a inquirição continuará útil e eficaz para servir ao processo de mérito.
- IV** – a ação de exibição está regulada entre as medidas cautelares, como procedimento preparatório e compreende a pretensão de exigir a exibição em juízo de documento próprio ou comum, em poder de sócio ou condômino ou devedor; da escrituração comercial por inteiro, balanços e documentos de arquivo, nos casos expressos em lei.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- ( ) **a)** apenas uma das assertivas está correta;
- ( ) **b)** apenas duas das assertivas estão corretas;

- c)** apenas três das assertivas estão corretas;
- d)** todas as assertivas estão corretas;
- e)** não respondida.

### QUESTÃO Nº 80

Com relação às provas é **INCORRETO** afirmar:

- a)** A prova emprestada constitui uma modalidade de prova atípica ou inominada, por não estar expressamente regulada no sistema processual brasileiro. Está, porém, inserida no contexto do princípio da economia processual;
- b)** Com relação às máximas de experiência, pode-se dizer que o juiz, existindo ou não prova nos autos, estará autorizado a decidir com fundamento na sua observação acerca daquilo que ordinariamente acontece;
- c)** A lei processual civil não autoriza ao juiz ouvir as testemunhas impedidas, mesmo que os depoimentos sejam prestados sem compromisso. Já as testemunhas suspeitas, sendo estritamente necessário, serão inquiridas independentemente de compromisso e o juiz lhes atribuirá o valor que possam merecer;
- d)** É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito;
- e)** Não respondida

### QUESTÃO Nº 81

Analise as seguintes assertivas:

- I** – O assistente atua como mero coadjuvante das partes e, independentemente da sua qualidade (simples ou litisconsorcial), não poderá agir de maneira contrária aos interesses do assistido.
- II** – É suspeito o juiz quando o órgão do Ministério Público for amigo íntimo; cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau.
- III** – Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até às 20 (vinte) horas do seu último dia.
- IV** – Estão sujeitas ao reexame necessário, as sentenças proferidas contra a administração pública direta (União, Estado, Distrito Federal e Município), as respectivas autarquias, fundações de direito público, as empresas públicas e sociedades de economia mista.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** apenas uma das assertivas está incorreta;

- b)** apenas duas das assertivas estão incorretas;
- c)** apenas três das assertivas estão incorretas;
- d)** todas as assertivas estão incorretas;
- e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 82**

Analise as seguintes assertivas:

**I** – O juiz pode decretar a busca e apreensão de pessoas ou de coisas

**II** – O indício é o fato conhecido que indica o fato desconhecido. Não precisa ser, necessariamente, um fato provado, o que é imprescindível é ser um fato conhecido.

**III** – A lei processual civil permite ao autor formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior em não podendo acolher o anterior. Para que os pedidos possam ser deduzidos de maneira sucessiva é prescindível que haja identidade de causa de pedir e que sejam compatíveis entre si.

**IV** – Só cabe a uniformização da jurisprudência quando o julgamento se processar perante turma, câmara ou grupo de câmaras.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** apenas uma das assertivas está incorreta;
- b)** apenas duas das assertivas estão incorretas;
- c)** apenas três das assertivas estão incorretas;
- d)** todas as assertivas estão incorretas;
- e)** não respondida.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **QUESTÃO Nº 83**

Leia com atenção as assertivas abaixo:

**I** – É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.

**II** – A pena de suspensão, aplicada ao servidor público, poderá ser convertida em multa, desde que haja interesse da administração pública, quando então o servidor permanecerá em serviço com o desconto de 50% nos seus vencimentos, pelos dias correspondentes ao cumprimento da pena originariamente imposta.

**III** – A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** apenas as assertivas I e a III estão corretas;
- b)** apenas as assertivas I, II e III estão corretas;
- c)** apenas a assertiva I está correta;
- d)** apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e)** não respondida.

#### **QUESTÃO Nº 84**

Assinale a alternativa incorreta, a respeito do processo de licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública:

- a)** é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 anos;
- b)** a contraprestação da Administração pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada;
- c)** a contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência;
- d)** é permitida a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único a execução de obra pública.
- e)** não respondida.

#### **QUESTÃO Nº 85**

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** o contrato administrativo pode ser alterado unilateralmente pela administração pública, justificadamente, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b)** havendo alteração unilateral do contrato, que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;

- ( ) **c)** as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado;
- ( ) **d)** a declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, mantendo intactos os efeitos já produzidos;
- ( ) **e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 86**

Assinale a alternativa incorreta, a respeito dos servidores públicos civis regidos pela Lei n. 8.112/90:

- ( ) **a)** os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo;
- ( ) **b)** em caso de dano causado a terceiros, o servidor responderá perante a fazenda pública, em ação regressiva;
- ( ) **c)** a Administração poderá instituir prêmios por inventos que favoreçam o aumento de produtividade ou a redução dos custos operacionais;
- ( ) **d)** o servidor poderá eximir-se do cumprimento de seus deveres quando motivado por crença religiosa;
- ( ) **e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 87**

Quanto aos poderes e princípios da Administração Pública.

**I** – O poder disciplinar da Administração Pública autoriza a aplicação de sanções a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração.

**II** – O princípio da continuidade do serviço público jamais cede em razão de seu caráter absoluto, não comporta a aplicação do princípio da proporcionalidade e constitui um verdadeiro superprincípio que orienta todo o ordenamento jurídico administrativo.

**III** – O princípio da motivação dos atos administrativos, embora recomendável em todos os atos que envolvam o exercício de poderes, ao contrário dos atos praticados pelo Judiciário e Ministério Público, não possui previsão nas normas jurídicas de direito administrativo brasileiro.

**IV** – O princípio da segurança jurídica não se aplica à Administração Pública brasileira, uma vez que ela possui poderes para desconstituir situações jurídicas e

aplicar retroativamente nova interpretação da norma administrativa para garantir o atendimento do fim público a que se dirige.

Assinale a opção **CORRETA**:

- ( ) a) apenas as de números I e III são corretas;
- ( ) b) apenas as de números II e IV são corretas;
- ( ) c) apenas a de número IV é correta;
- ( ) d) todas são incorretas;
- ( ) e) não respondida.

### **QUESTÃO Nº 88**

Observe as assertivas abaixo e indique a alternativa **CORRETA**.

**I** – Não descaracteriza a autonomia administrativa das unidades da federação brasileira a aplicação de normas comuns e de normas gerais editadas pela União, desde que se observem os limites previstos na Constituição.

**II** – A idéia de administração pública direta e indireta equivale aos conceitos de administração pública concentrada e desconcentrada.

**III** – A transferência de atribuições no âmbito da administração pública do centro para setores periféricos dentro da mesma pessoa jurídica elimina a vinculação hierárquica.

**IV** – A um sindicato pode ser outorgada a qualificação de organização da sociedade civil de interesse público para, por exemplo, promover o desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza.

- ( ) a) apenas a de número I é correta;
- ( ) b) apenas as de números II e III são corretas;
- ( ) c) apenas a de número IV é correta;
- ( ) d) todas são incorretas;
- ( ) e) não respondida.

### **QUESTÃO Nº 89**

Quanto aos atos administrativos:

**I** – O princípio da legalidade da administração pública eliminou as discussões em relação ao mérito do ato administrativo e a ausência de controle da discricionariedade do administrador. Isto porque faz desaparecer qualquer

possibilidade de atuação de acordo com juízos subjetivos de conveniência e oportunidade não especificados e estabelecidos previamente pela legislação.

**II** – A competência para a prática do ato administrativo decorre da lei, é inderrogável, mas pode ser objeto de delegação, inclusive no que se refere à decisão de recursos administrativos.

**III** – Pela teoria dos motivos determinantes, mesmo quando a lei não exija a motivação do ato, a sua indicação pelo administrador produz o efeito de vincular a validade do ato aos motivos indicados.

**IV** – A nomeação do Procurador-Geral da República mediante aprovação prévia pelo Senado constitui o que a doutrina denomina de ato complexo.

( ) **a)** apenas as de números I e III são corretas;

( ) **b)** apenas as de números II e IV são corretas;

( ) **c)** apenas a de número III é correta;

( ) **d)** todas são incorretas;

( ) **e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 90**

Ainda quantos aos atos administrativos:

**I** – O ato administrativo viciado por incompetência do sujeito é insuscetível de convalidação.

**II** – A revogação do ato administrativo vinculado produz efeitos ex tunc.

**III** – Os atos praticados por funcionário de fato, mesmo sob aparência de legalidade, enquadram-se como usurpação de função e, como tal, não produzem quaisquer efeitos.

**IV** – A anulação do ato administrativo consiste no seu desfazimento por motivo de ilegalidade e cabe somente ao Poder Judiciário.

Assinale a opção **CORRETA**:

( ) **a)** apenas a de número I é correta;

( ) **b)** apenas as de números II e III são corretas;

( ) **c)** apenas a de número IV é correta;

( ) **d)** todas são incorretas;

( ) **e)** não respondida.

**GRUPO III  
DIREITO PREVIDENCIÁRIO, PENAL,  
INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO**

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**QUESTÃO Nº 91**

São contribuições que têm percentuais destinados ao custeio da Seguridade Social:

- a)** CPMF, concurso de prognóstico específico sobre o resultado de sorteio de números ou símbolos;
- b)** SENAR, receita de concursos de prognósticos;
- c)** COFINS, salário-educação;
- d)** sobre o lucro, SESCOOP;
- e)** não respondida.

**QUESTÃO Nº 92**

O Supremo Tribunal Federal, em vários julgados recentes, já entendeu que o prazo de prescrição da contribuição previdenciária é de:

- a)** 5 anos;
- b)** 10 anos;
- c)** 20 anos;
- d)** 30 anos;
- e)** não respondida.

**QUESTÃO Nº 93**

O auxílio-acidente atualmente tem natureza:

- a)** complementar;
- b)** suplementar;

- ( ) **c)** indenizatória;
- ( ) **d)** salarial;
- ( ) **e)** não respondida.

## **DIREITO PENAL**

### **QUESTÃO Nº 94**

Observe as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – Para a tipificação do crime de falso testemunho ou falsa perícia é irrelevante que o falso tenha influído na decisão da causa.

**II** – No crime de falso testemunho há extinção da punibilidade se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou relata a verdade.

**III** – Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado tipifica o crime de tergiversação.

**IV** – Um amigo do proprietário da empresa X, ré em ação trabalhista, promete dinheiro à testemunha para fazer afirmação falsa em favor da empresa perante juiz do trabalho. A conduta do amigo do proprietário da ré não configura o crime de corrupção ativa de testemunha, porque o amigo não é parte no processo.

- ( ) **a)** apenas uma das assertivas está correta;
- ( ) **b)** apenas duas das assertivas estão corretas;
- ( ) **c)** apenas três das assertivas estão corretas;
- ( ) **d)** todas as assertivas estão corretas;
- ( ) **e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 95**

Com relação ao crime de redução à condição análoga a de escravo, assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** - O bem jurídico tutelado é a liberdade individual.

**II** - Trata-se de um crime instantâneo de efeitos permanentes, cuja consumação ocorre em determinado instante, mas seus efeitos são irreversíveis.

**III** - O consentimento do ofendido é irrelevante.

**IV** - a pena é acrescida de metade, se o crime é cometido: contra criança ou adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos; por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

- a)** apenas uma das assertivas está correta;
- b)** apenas duas das assertivas estão corretas;
- c)** apenas três das assertivas estão corretas;
- d)** todas as assertivas estão corretas;
- e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 96**

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** Omitir, nos documentos destinados a fazer prova perante a previdência social, o nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, caracteriza o crime de falsificação de documento público.
- b)** O crime de falsidade de atestado médico consuma-se com a entrega pelo médico do atestado falso ao paciente para justificar a sua ausência ao trabalho, independentemente de qualquer outro resultado ou consequência.
- c)** Tipifica o crime de falsidade ideológica a conduta de quem insere ou faz inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita em cartões-ponto e recibos de salários, com o fim de prejudicar direitos dos trabalhadores.
- d)** O crime de difamação admite exceção da verdade, exceto se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício das suas funções.
- e)** não respondida.

### **QUESTÃO Nº 97**

Observe as seguintes assertivas:

- I** – A frustração, por meio de falsa cooperativa, de direito assegurado pela legislação trabalhista constitui crime contra a organização do trabalho, cuja pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é portadora de deficiência física.
- II** - O crime de aliciamento de trabalhadores consuma-se apenas com o efetivo êxodo dos trabalhadores.
- III** - A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos não exclui a imputabilidade penal nos termos do Código Penal.

**IV** – O agente que tendo realizado todos os atos de execução, mas antes da consumação, pratica uma nova ação, que evita a produção do resultado, só responde pelos atos já praticados, caracterizando o arrependimento posterior .

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- ( ) **a)** somente as assertivas I e II estão corretas;
- ( ) **b)** somente as assertivas I e III estão corretas;
- ( ) **c)** somente as assertivas II e IV estão corretas;
- ( ) **d)** somente as assertivas III e IV estão corretas;
- ( ) **e)** não respondida.

## **DIREITO INTERNACIONAL**

### **QUESTÃO Nº 98**

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- ( ) **a)** No Brasil a ratificação da convenção internacional de trabalho se dá por ato do Poder Executivo, cumprindo ao Poder Legislativo requerer junto ao Conselho Administrativo da Organização Internacional do Trabalho o seu respectivo depósito, para que haja, nos doze meses seguintes, a sua promulgação.
- ( ) **b)** As convenções internacionais de trabalho ratificadas ficam sujeitas ao chamado controle permanente, pelo qual o Estado infrator pode responder representações formais em duas modalidades distintas: a reclamação, de iniciativa de associação profissional ou econômica; e a queixa, de iniciativa de outro Estado-membro da OIT.
- ( ) **c)** São sujeitos das Convenções internacionais de trabalho as organizações sindicais de trabalhadores e de empregadores dos países-membros da OIT, presentes à Conferência Internacional do Trabalho, que as aprova.
- ( ) **d)** No Brasil, de acordo com a sua Constituição, há uma interdependência das ordens jurídicas nacional e internacional, o que implica a incorporação automática do texto das convenções internacionais ratificadas ao ordenamento jurídico pátrio.
- ( ) **e)** Não respondida.

## QUESTÃO Nº 99

No que concerne à Convenção nº 182 da OIT, que trata das piores formas de trabalho infantil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- ( ) **a)** Dentre as piores formas de trabalho infantil, a Convenção enumera trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.
- ( ) **b)** Os Estados-membros deverão, tendo em vista a importância da educação para a eliminação do trabalho infantil, adotar medidas efetivas para, num determinado prazo, levar em consideração a situação especial das meninas.
- ( ) **c)** A instituição de sanções penais depende de prévia consulta a organizações de trabalhadores e empregadores, em cada Estado-membro.
- ( ) **d)** Para os efeitos da Convenção nº 182 da OIT, o termo criança aplica-se a toda pessoa menor de 18 (dezoito) anos.
- ( ) **e)** Não respondida.

## DIREITO COMUNITÁRIO

### QUESTÃO Nº 100

Em relação à Convenção nº 138 da OIT, que trata da idade mínima para admissão no emprego, aprecie as seguintes asserções:

**I** – Não será inferior a 16 (dezesesseis) anos a idade mínima para admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstância em que é executado, possa prejudicar a saúde, a segurança ou a moral do jovem.

**II** – O Estado-membro que ratifica a Convenção e cuja economia e condições de ensino não estiverem suficientemente desenvolvidas poderá após consulta com organizações de trabalhadores e empregadores interessadas, se as houver, definir, inicialmente, uma idade mínima de 14 (catorze) anos para admissão a emprego ou trabalho em seu território e em meios de transporte registrados em seu território.

**III** – Uma vez ratificada a Convenção, o Estado-membro fica impedido de promover qualquer tipo de exclusão de aplicação dos seus termos a determinadas categorias de trabalho.

**IV** – A autoridade competente do Estado-membro, após consultas com as organizações de trabalhadores e de empregadores interessadas, se as houver, poderá, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções à proibição de emprego ou trabalho para fins de participação em representações artísticas.

De acordo com as proposições acima, pode-se afirmar que:

- ( ) **a)** todas as alternativas estão corretas;
- ( ) **b)** apenas as alternativas II e IV estão corretas;
- ( ) **c)** apenas as alternativas I, II e IV estão corretas;
- ( ) **d)** todas as alternativas estão erradas;
- ( ) **e)** não respondida.